

ESPAÇO ABERTO**ARTIGO DE OPINIÃO****DESENVOLVIMENTO LOCAL E OS FATORES ECONÔMICOS****CONTEMPORÂNEOS:****QUE REGIÃO QUEREMOS?**

Por Irio Ávila Gonçalves¹

A pergunta que intitula este artigo nos é feita, pelo menos, a cada dois anos, por ocasião de eleições locais ou federais. De um modo geral, muitos de nós não têm mais paciência para a política partidária. Não nos percebemos mais representados ou vendo melhorias efetivas em nossas vidas. Contudo, um fato importante da vida é que nós, seres humanos, tendemos mais a nos lembrarmos das dificuldades do que dos momentos tranquilos. Em contraponto, temos uma natureza evolutiva, uma vontade de melhorar, de prosperar e de nos desenvolvermos, apesar das dificuldades recorrentes da vida.

Diante de tantas crises políticas e econômicas, sempre encontramos racionalmente maneiras de seguirmos em frente, perseverando em busca de melhores condições de vida. Na política formal, quem elegeu seus candidatos tem esperança na “nova administração”, mesmo que sejam nos mesmos políticos que, não raramente, nos causam decepção. Quem

¹ Professor da Faculdade Camaquense de Ciências Contábeis e Administrativas – FACCCA - FUNDASUL - irioprofessor@gmail.com

não os elegeu, precisa encarar a realidade do amanhã que logo será hoje. E assim, seguiremos atrás do nosso ganha pão, do jeito que der, com os políticos ou sem eles.

Contudo, a política dita a nossa realidade, queiramos ou não. Então, o fato não se resume a gostar ou não de políticos ou partidos políticos, mas saber que tudo o que vivemos do ponto de vista econômico e social depende basicamente da política.

Neste artigo, discorreremos sobre alguns fatores econômicos antecedentes do paradigmático ano de 2020 que têm na política, ou em como lidamos com ela, algumas causas ou consequências do desenvolvimento local, da nossa cidade, da nossa região e, por consequência, do país.

A economia, assim como a vida, se faz em continuidade, na sucessão de fatos e ações. Nas palavras de Peter Drucker, aquilo que se planeja leva a um resultado melhor ou mais próximo ao que almejamos. Se não planejamos teremos o destino, que apesar de aleatório, tende a ser menos positivo do que queríamos e não poucas vezes até desastroso.

Selecionamos oito fatores antecedentes a nossa atual conjuntura econômica para refletirmos sobre o que nós queremos para a economia local. Para manter o equilíbrio da balança de nosso juízo, citaremos quatro fatores positivos e quatro negativos sobre tantos outros que poderíamos ter mencionados. Iniciamos pelos fatores positivos.

O primeiro fator é o nosso Potencial Produtivo sem igual para o desenvolvimento de novos mercados internos. Basta andar pela região para identificamos o que não há em nenhum país no velho mundo: espaço livre para produzir e recursos naturais ainda abundantes, mesmo que mal tratados. Exemplo disso é o mau uso dos recursos hídricos diante de sua escassez.

A caudalosa Região da Costa Doce, no Sul do Rio Grande do Sul, permitiu que boa parte dos gaúchos crescesse com o calor do verão sobre os arrozais, cuja produção local, depende exclusivamente dos mananciais nela existentes; com a produção de hortaliças ou passeando em nossas praias de água doce em turismo de lazer. No outono, colhemos, criamos e manufaturamos até o inverno, orgulhosos de nossa cultura de campo e de agroindústria como locomotiva a puxar toda a economia local.

Na primavera, o ciclo produtivo se reinicia: plantamos, cuidamos e manufaturamos. Não percebemos, contudo, o quanto o nosso mercado interno é

importante e deveria ser priorizado. Produzir e manufaturar internamente e melhorar as condições de comercialização interna e consumo dos produtos locais, são indicadores importantes de aumento dos recursos econômicos locais. O excedente é exportado para outras regiões ou países, trazendo dinheiro novo para cá. Se o consumo de produtos locais fosse incentivado, os recursos deles oriundos aumentariam normalmente, pois não deixariam a região. Todo o país, estado ou região deveria perseguir esta ideia: valorizar o produto local.

O segundo fator positivo é que já experimentamos uma Economia Estável de quase vinte anos (Entre 1998 a 2016), ou seja, sabemos que podemos voltar a este estado por nossos próprios meios, assim como sabemos que ninguém tem estabilidade na economia ou nos negócios por decisão de terceiros. Nenhum negócio prospera em função das decisões dos outros. Da mesma forma, nenhum país ou região tem uma economia em crescimento e desenvolvimento se não administrar corretamente a sua parte na macro ou microeconomia. Somente assim poderemos voltar a ser senhores da nossa economia.

O terceiro fator positivo, e quase que nossa exclusividade, é a área territorial para desenvolver e empreender sem colapsar. A maioria dos países não tem este fator. Os países ricos não têm gente ou recursos para desenvolverem muito mais do que onde já desenvolveram. Chegaram ao limite econômico e lutam apenas contra a diminuição da população e a concentração de renda que corrói o sistema capitalista. Este último é apontado consensualmente como o grande mal que se instalou na economia mundial a partir dos anos 80 do século passado. Por outro lado, nos países pobres, a falta de recursos para poupar é, em si, um paralisante da economia.

No Brasil, no entanto, mesmo com nossas limitações de qualificação e educação, temos espaço natural, recursos e pessoas suficientes para desenvolver sem colapsar ao longo do processo. Podemos investir realmente na educação para formar a qualificação presente e futura, promovendo empregos em atividades primárias (ainda não resolvidas como na construção civil) por meio do investimento público e distribuição de renda, redefinindo o sistema tributários para reaquecer a economia.

Por fim, um último fator decisivo que influencia positivamente a economia é o nosso domínio da tecnologia que controla os dados financeiros, fiscais e sociais. Temos hoje uma Burocracia Federal/Estadual célere (digital em tempo real), que possibilita

rapidamente a formalização de processos de abertura de empresas, pagamentos, emissão de documentos fiscais ou transferências de recursos. Temos uma formação de base de dados econômicos e sociais invejável, que permite aos gestores públicos atuarem rapidamente, se for do seu interesse. Não é mais possível controlar uma economia sem esse conhecimento. Hoje quase tudo está disponível aos nossos gestores públicos, sejam locais ou federais.

Muitos países desenvolvidos não têm a mesma condição do Brasil. É sempre importante lembrarmos que somos um dos maiores países do planeta, em tamanho e complexidade. Certamente há muitos problemas, mas inúmeros são os exemplos exitosos de soluções que não podem ser desmerecidos por interesses políticos pessoais ou ideológicos. As urnas eletrônicas são um ótimo exemplo de que o Brasil tem superioridade perante o mundo, mas mesmo diante da comprovada segurança e agilidade sem igual no planeta, temos que conviver com teorias conspiratórias, multiplicadas na internet. Devemos comemorar nossos sucessos, valorizá-los até mesmo para fazer críticas àquilo que é preciso.

De outro lado estão os quatro fatores que fragilizam. O primeiro deles é cultural: somos majoritária e historicamente uma nação sem a cultura do planejamento (coletivo e individual). Existem muitos argumentos sociológicos, muito bem embasados, que nos indicam diversas causas para este comportamento histórico, contudo, pautar-nos-emos apenas na observação contemporânea de nossa inconsequência.

Deixamos o futuro para o destino. Sejam lá quais forem as causas dessa cultura do imediatismo e da individualidade, esse comportamento nos leva a perdas econômicas. Isso fica claro quando observamos o aumento da produtividade da nossa região agroindustrial e o pouco reflexo disso na melhoria, crescimento ou desenvolvimento da economia local e da distribuição da renda. Paradoxalmente, mesmo diante de ótimas safras, os preços aumentam para consumidores da região.

Com recorrência, há um aumento da área plantada de determinado grão, quando os preços aparentemente estarão melhores para o agricultor naquele ano. Com efeito da maior colheita, cai o preço e o agricultor sofre com preços baixos. O sobe e desce dos preços demonstra a falta de políticas coletivas regionais para proteger o agricultor e aqueles que compram da agricultura para beneficiar ou industrializar localmente. Para o

grande comprador externo, isso pouco importa. Se o preço é baixo ele compra, se é alto, compra em outro lugar. A economia local é que sai perdendo neste processo.

Esse é o caso do atual caso da ausência de políticas de estoque regulador da produção agrícola regional (e nacional) da soja, que também se reflete no arroz e no milho. O governo permite a exportação indiscriminada de grãos sem beneficiamento relevante, cujos impostos são zero, e sem a menor contrapartida de abastecimento do mercado industrial interno. Com a falta de grãos no mercado interno, toda a cadeia da produção da proteína animal, que precisa adquirir rações, tem que pagar preços elevados, importando grãos para abastecer o mercado interno. Não é um contra censo? Para dizer o mínimo.

Nestes últimos meses observamos a elevação dos custos e preços do arroz, do milho, da soja, da carne suína, do frango, do óleo de soja, em suma, as atuais políticas beneficiam poucos, concentram renda e transferem as divisas dessas rendas para fora da região e do país. Essa é uma lição elementar de economia: depender exclusivamente do voluntarismo individual privado é esperar, de certa forma, que o destino nos ajude. Regular a produção é papel da gestão pública.

O voluntarismo individual do empreendedor privado não faz oposição às estratégias públicas de regulação e desenvolvimento. Ao contrário, se a gestão pública estiver atenta a políticas de desenvolvimento da região, irá indicar, por meio de suas políticas, os caminhos para os empreendedores se fortalecerem e se desenvolverem.

Infelizmente, os discursos radicais sem qualquer base econômica ou exemplo real válido em qualquer país, seja este mais liberal ou social ainda são constantes. Basicamente existem dois tipos de discursos vazios: os que apregoam a oposição ao Estado forte ou àqueles em defesa da ação ativa do Estado no mercado.

Toda vez que o Estado se envolve com atividades mercantis ativas, que são originadas para o mercado, ele produz a ruína econômica e, quando se ausenta da regulação do mercado ou atende aos interesses de poucos em detrimento da comunidade, causa o caos social. Atualmente são inúmeros os casos em que a ausência do estado concede vantagens competitivas à mega corporações multinacionais, como isenções fiscais, refinanciamento a juros achatados, proporcionando-lhes condições melhores de

lucrar do que os negócios locais. De fato, em todos os países desenvolvidos o estado é forte e independente para regular as leis e garantir a estabilidade econômica e social.

Outro fator negativo recente, com consequências graves à economia futura, antecedente a 2020, foi a redução do investimento em educação e Inovação que se deu a partir de 2017. Em nome da austeridade dos gastos públicos, foram cortados gastos e investimentos públicos na educação e na pesquisa. Ser austero com os gastos públicos é fundamental. Ninguém discute. O problema foram as escolhas sobre em que diminuir os gastos públicos.

Basta conhecer minimamente as contas públicas para verificar que nos últimos anos, inclusive 2020, não foram cortados privilégios ou reduzidos gastos efetivos para os agentes públicos que ganham os maiores salários. E as coisas só pioram quando a questão é a remuneração de juros para os maiores credores públicos. Atualmente, mesmo com a queda das taxas básicas de juros - SELIC, as instituições operam com juros altos, pouco se importando com a economia ou o meio produtivo. Não há nenhum precedente econômico para justificar esse absurdo que acaba, literalmente, com as reservas públicas que deveriam ser investidas em educação e produção.

Como já sabemos, em contraponto, a educação, a saúde e a segurança, que são elementos reais da presença do Estado na vida das pessoas e do desenvolvimento social, tiveram suas contas congeladas por vinte anos. Esses investimentos tanto dizem respeito às instituições públicas de educação como no financiamento da área privada. Sem investimentos em educação, que pelo menos atendam ao crescimento vegetativo da população, entramos num retrocesso terrível, pois o conhecimento formal e a inovação são indispensáveis para qualquer nação participar do mercado neste século XXI. Estávamos atrasados em relação aos países desenvolvidos, agora estamos mais ainda. Nós continuamos retrocedendo, os outros seguem seu caminho.

Para fins comparativos, nos anos 80, a economia da Coreia do Sul e da China, somadas, eram inferiores à nossa, na mesma época. Hoje está claro que nos próximos anos os chineses irão assumir a dianteira econômica global. A Coreia do Sul, que era pobre, passou a ser um país desenvolvido com distribuição de renda invejável, mesmo com sua limitação territorial e escassez de recursos naturais. Ambos tiveram uma coisa em comum: o pesado investimento público em educação que lhes proporcionou produzir

mais e melhor. O Brasil, por sua vez, optou por sair da crise econômica de 2016 a 2019 reduzindo a educação.

O terceiro fator que afeta negativamente a nossa economia, e talvez o mais grave e antigo, é aquele causado pelo Sistema Político Plutocrata, com reflexos na forma da tributação e na péssima distribuição de renda, entranhado nas políticas econômicas nacionais há muito tempo.

Com o tempo, depois da volta da democracia e da elaboração da Constituição Federal de 1988, algumas distorções, que jamais foram tratadas, tornaram-se perceptíveis: o excesso de partidos (muitos de aluguel), o excesso de cargos políticos e cargos comissionados, o excesso de recursos para cada político utilizar sem critérios, enfim, um número enorme de excessos que provocam um gasto enorme e ineficiente no sistema político.

Ainda mais grave, é o fato de que até hoje não temos uma regulação decente do lobby político. Na prática nossos políticos são financiados por interesses privados que, muitas vezes, contraditam os interesses coletivos. Ficamos, assim, reféns do lobby dos grandes financiadores privados de campanha: bancos e mega empresas transnacionais. Em nossa região, guardadas as proporções, apesar de os municípios arrecadarem menos, eles têm muita influência nas decisões burocráticas e por isso, são afetados pelo lobby e o seu mesmo *modus operandi*.

Uma das piores consequências desse lobby, explica em parte, porque o sistema tributário brasileiro é tão regressivo e oneroso, contrariando as boas práticas econômicas dos países desenvolvidos, tanto mais liberais ou mais sociais. Nestes países, o Estado atua para manter a competitividade e dar condições ajustadas à capacidade contributiva dos diferentes contribuintes. Em resumo: o sistema tributário garante a concorrência em igualdade de condições para diferentes empresas.

Existe uma máxima expressa pelos americanos que é “da morte e dos impostos ninguém escapa”. Nenhum de nós quer morrer ou pagar impostos, porém, como a morte, além de ser natural, não é um assunto que dominamos, nos debruçaremos sobre os impostos. Estamos falando do meio mais antigo e efetivo de manter, melhorar e desenvolver a economia, pois é a única forma obrigatória de organizar a coletividade, de diminuir a distância entre as grandes, as médias e as pequenas empresas para competirem

de forma justa e, por fim, possibilitarem a independência das nações ou não deixando cidades, regiões e países dependentes de corporações multinacionais. A teoria geral do Estado ensina que este é um meio necessário para a nossa sobrevivência e organização econômica. Não existe nenhum local desenvolvido sem a regulação do Estado e a tributação dos excedentes, principalmente daqueles que mais têm a contribuir.

Nossa intenção não é a de detalhar a estrutura tributária brasileira, mas o essencial. O sistema tributário nacional tem uma estrutura complexa. São inúmeros os impostos e contribuições. O montante total da arrecadação tributária está mais ou menos dividido da seguinte forma: 55% é federal, que repassa uma parte a estados e municípios, 25% é da arrecadação estadual e 20% da municipal. O mais importante, contudo, é indicar como a perversidade deste sistema se revela em dois aspectos: a regressividade das alíquotas dos impostos cobrados e a composição da incidência dos impostos.

Nos países mais ricos, todos, os impostos são basicamente progressivos. Isso significa que quanto maior a renda, o patrimônio ou o consumo do contribuinte, maior será a alíquota deste imposto. Reportemo-nos a casos conhecidos de grandes bilionários que recolhem em seus países de 40% a 70% dos seus lucros em impostos para os cofres públicos e, ainda assim, aumentam o seu patrimônio pessoal. Além disso, muitos doam recursos vultuosos, todos os anos às instituições de saúde ou de educação, em troca de abatimento de impostos ou prestígio social. Fazem isso porque querem deixar aos descendentes um “mundo melhor”. Nesses países desenvolvidos, os mais ricos continuam muito ricos e ainda financiam o desenvolvimento do país por meio de seus tributos e compromisso com a gerações futuras.

No Brasil, o sistema é basicamente regressivo na prática. Os impostos sobre consumos são iguais para todos, ou seja, não são progressivos. Quase da mesma forma ocorre com os impostos sobre renda e patrimônio. Os limites mínimos e máximos de alíquotas incidentes sobre patrimônio e renda são pequenos, quando não os mesmos, como o imposto de renda pessoa física, por exemplo. Se o indivíduo ganhar R\$ 5.000,00 ou R\$ 500.000,00 por mês irá recolher com a mesma alíquota de imposto, quase um quarto. No entanto, para quem ganha apenas cinco mil reais por mês, um quarto é muito. Já para quem ganha 500 mil reais por mês, um quarto em impostos ainda lhe deixa ganhando muitíssimo bem. Dessa forma, quem tem ou ganha mais paga menos, proporcionalmente, aumentando ainda mais a diferença entre a distribuição de renda.

Não bastasse essa regressividade, nosso país tem como principal alvo de tributação a produção e o consumo. Nos países desenvolvidos sejam mais liberais ou sociais, na composição da arrecadação, o peso maior da tributação recai sobre o patrimônio e a renda. Isso pode ser observado nos dados oficiais antes da pandemia, fornecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, organismo internacional fortemente capitaneado pelos norte-americanos: os países mais desenvolvidos como Estados Unidos, Reino Unido (liberais) e França (Social) tributam mais fortemente a renda e menos o consumo, ao contrário de Brasil, Argentina e México.

Existe uma lógica simples em tributar mais a renda. Obriga o investidor a empregar seu dinheiro na produção e não simplesmente ganhando juros no banco, como ocorre no nosso país. Durante a crise econômica antes da pandemia, países desenvolvidos como Estados Unidos e Japão, chagaram ao ponto de cobrar juros negativos, ou seja, quem deixava o dinheiro parado no banco, perdia dinheiro. Obrigando por este mecanismo, além da tributação maior sobre a renda, os investidores a fazer com que as suas rendas ou poupanças/excedentes fossem aplicadas no meio produtivo: a agricultura, a indústria, o comércio, os serviços não financeiros com um efeito prático: empregos e distribuição de renda.

O meio produtivo é aquele que assume todos os riscos ambientais e econômicos e efetivamente entrega o aumento das riquezas às nações e, por isso, deveriam ser estimulados por uma tributação coerente, assim como o meio especulativo deveria ter uma taxa mais progressiva. No Brasil, dada as taxas de juros e o sistema tributário perverso, o dinheiro rende mais no banco, sem fazer nada, sem gerar riqueza, do que abrindo um pequeno negócio local que gere empregos e produza riqueza efetiva.

Talvez uma das maiores resistências culturais a este modelo mais justo sejam as camadas sociais mais ricas que possuem o maior volume da propriedade imobiliária e mobiliária. Em nome dessa resistência, estamos reféns de um sistema injusto, com uma das piores distribuições de renda do planeta. Contra essa má distribuição não há escolas, hospitais ou presídios que deem conta de atender ao aumento de pobres, miseráveis e marginais. Nossa economia tributária é uma fábrica de má distribuição de renda e da redução do apetite ao empreendedorismo produtivo. Ao contrário, estimula a especulação financeira e ao individualismo oportunista e imediatista.

Por fim, o quarto e último fator negativo à nossa economia advém da Ineficiente burocracia local agravada pela Insegurança Jurídica. Se evoluímos bastante nas burocracias federais e estaduais, o mesmo não pode ser dito da burocracia local. Cada município tem sua própria forma de lidar com a suas demandas, o que por si só já é ruim, pois as pessoas têm de passar por protocolos e prazos dos mais variados e diversos possível, até mesmo para lidar com questões simples. São inúmeros os casos de desânimo para se empreender na cidade.

Sem dúvida é em nossas prefeituras que encontramos a maior dificuldade formal de resolver nossas necessidades empreendedoras, pois infelizmente a maioria das resoluções dependem de redes de relacionamento ou conhecimento dos políticos e não de processos definidos de gestão. É comum vivenciarmos prazos arrastados das decisões, de abertura de empresas, concessão de alvarás ou certificados. No município o andamento e a eficiência dependem, sobremaneira, das pessoas e não dos sistemas. Isso contraria a uma máxima de controle das empresas privadas, pois jamais devemos depender das pessoas individualmente, mas sim de um sistema de controles, com processos definidos para todos. Pessoas adoecem, tiram férias, mudam-se; o sistema permanece e evolui.

Mas, tentar forçar a gestão municipal à celeridade, desafia a realidade dos fatos. Mesmo por meio do judiciário e com todas as leis e garantias à disposição do contribuinte, o poder executivo dos municípios tiram proveito da morosidade do judiciário e até mesmo descumprem mandados por meio de manobras jurídicas e procrastinação. A impunidade, afinal, tornou-se comum nesse meio, mesmo quando flagrantemente usam a gestão pública para conveniência pessoal ou de seus aliados políticos.

Definitivamente, mesmo com o avanço dos processos eletrônicos administrativos ou jurídicos estaduais e federais, o nosso Sistema Processual Jurídico é muito demorado e imprevisível. Mesmo tendo um orçamento próprio, que não sofre reduções ou perdas como as demais áreas de investimento público local, o nosso judiciário é desanimador para os investidores, especialmente os pequenos.

Na gestão das empresas temos outras máximas consagradas de controles. Uma delas diz que é melhor ter uma política simples, normas simples, do que ter normas em excesso, confusas ou não as ter. Não somos operadores do direito e mesmo sendo uma das áreas mais interessantes das ciências humanas é profundamente desanimador

depende de decisões do judiciário. E com o agravante de que, nos últimos anos, a política partidária também invadiu incrivelmente este poder, fazendo Montesquieu, que escreveu a obra “O espírito das leis”, revirar-se na tumba! Nunca estivemos tão fragilizados e inseguros, pois as normas que protegem o cidadão não são claras, já que, tanto no judiciário como nas prefeituras parece sempre haver um “mas”.

Mesmo diante disso tudo, qual é o futuro para o empreendedorismo? Infelizmente, a realidade dos fatos supera os discursos políticos ideológicos. Desde o início da crise econômica de 2016, agravada pela pandemia de 2020, o estado vem instigando as pessoas ao empreendedorismo sem preparar os futuros empreendedores para as dificuldades reais de se empreender. Sequer o estado se organizou minimamente para promover o crescimento econômico em quase dois anos de governo. Não bastasse isso, ainda vivemos o pior nível de confiança na classe política.

Em 2018 houve um aumento da tributação do Simples Nacional que atingiu, exclusivamente, micro e pequenos empresários do setor produtivo que iria atenuar a crise. Não deu certo, ao contrário. Neste interim, nenhum aumento de tributos ocorreu para grandes empresas ou fortunas. Atualmente, toda a discussão sobre orçamento gira em torno de aumento de impostos para 2021. Com o objetivo de mitigar os danos da crise destes últimos cinco anos (2016 a 2020) são propostos mais tributos sobre a produção e o consumo. Se historicamente já vivíamos um sistema tributário injusto, desta feita, as propostas dos estados e da união são uma vergonha: tributar mais uma vez aqueles que menos condições têm de pagar.

Só podemos concluir que este tipo de proposta irá piorar as condições de competitividade das empresas locais em relação as grandes corporações transnacionais. É preciso resistir, pressionar. Precisamos agarrar as rédeas do nosso destino.

Todas as economias estão sofrendo e irão sofrer pelo menos até o fim de 2021, em função da pandemia. Infelizmente, de todas as nações, a que pior enfrentou a pandemia foi o Brasil, por absoluta falta de planejamento e organização pública. Por isso, iremos sofrer mais. Mas a boa notícia é que estamos aqui, apesar de tudo. Ainda somos grandes. Precisamos ter coragem.

Conforme o exposto, há fatores antecedentes à pandemia que já nos afetavam e vão continuar a afetar a nossa economia, positiva ou negativamente. A pandemia vai

passar graças à ciência. Por isso precisamos nos voltar à ciência para as nossas soluções econômicas. A primeira pergunta que devemos saber responder é que região queremos ser? Queremos prosperar, desenvolver ou manter os mesmos hábitos produtivos de meados do século passado em que a educação e a ciência pouco influenciavam. Queremos participar da política ou continuar a ser reféns de políticos corruptos, oportunistas, comandados por interesses alheios aos nossos?

Precisamos ser realistas e corajosos. O realismo nos torna capazes de unir Razão e Fé, de crer em Nós e no conhecimento dos Outros, de persistência com base técnica para o cuidado para não sermos enganados em tempos de pós-verdade. Somos uma parte e resultado de um sistema complexo e extraordinário. Em tempos difíceis precisamos de inspiração para não sucumbirmos à crise, à pandemia e ao próprio sistema. O próprio contexto nos inspira, então, bem-vindas à reflexão são as palavras de W. Churchill: “O Sucesso não é o final, o fracasso não é fatal: é a coragem de continuar que conta!”